

Aconteceu

Collor homologa 71 áreas indígenas, mas pressões dos militares adiam decisão sobre terra Yanomami

Milton Guran/CEDI - CCPY



Maloca de lona: mudanças do modo de vida Yanomami

A expectativa era grande, no Brasil e no exterior. Depois de muita auto-promoção do governo e muitas viagens do secretário-ambientalista Lutzemberger, destinadas a explicar ao mundo que o Brasil não era mais o grande "vilão ecológico" do planeta, o presidente Collor ia anunciar a demarcação de dezenas de áreas indígenas. Mídia de plantão, caciques em trajes tradicionais com direito a subida da rampa do Planalto, tudo

estava pronto. E realmente, foi anunciada a homologação de 71 áreas indígenas em todo o país, algumas delas após uma espera de mais de dez anos. A estragar a festa, apenas um "pequeno" detalhe: a terra Yanomami mais uma vez não saiu do papel. A explicação é a de sempre: as pressões contrárias dos militares, preocupados com as "ameaças à soberania nacional" que a homologação implicaria. (Página 11)

Usiminas privatizada

Depois de protestos e adiamentos, a Usiminas (estatal que fabrica aço) foi vendida por 1,17 bilhão de dólares à iniciativa privada. Investidores e empresas nacionais e estrangeiras, funcionários e instituições de previdência são os novos donos da primeira grande empresa privatizada pelo governo Collor. (Página 3)

Brastemp revê demissões

Depois de manifestações, ocupação da fábrica, repressão e greve de fome do presidente do Sindicato dos metalúrgicos, a fabricante de eletrodomésticos Brastemp concordou em converter a demissão de 1.095 trabalhadores em dispensa pelo sistema de voluntariado. (Página 12)

Biblioteca - Koinonia

(/) Cadastrado

(/) Processado

056
1499

Fraude das fardas envolve Ministério do Exército

Nos corredores de Brasília já ganhou nome: é o golpe do colarinho verde. A referência, claro, é à cor das fardas militares, protagonistas do mais recente escândalo envolvendo o primeiro escalão do governo Collor. O acusado, desta vez, é o Ministério do Exército, que estava prestes a pagar um preço cinco vezes superior ao de mercado para a compra de uniformes e roupas de cama e banho para 218 mil homens.

O escândalo veio à tona graças a uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo* domingo 20 de outubro, onde o jornalista Rodrigo França Taves comparava os gastos acertados na concorrência pública com os preços das lojas de São Paulo e Rio especializadas em artigos militares. As fardas e as toalhas pelas quais o Ministério iria pagar 130 bilhões de cruzeiros, não deveriam

sair por mais de 50 bilhões. Apenas quatro empresas - São Paulo Alparagatas, Grupo Santista, Lanificio Capricórnio e Diana Paolucci - garantiriam 70% do valor total do contrato.

A concorrência deveria ter sido homologada no dia seguinte, 21 de outubro, mas após a publicação da reportagem o presidente Collor mandou suspender tudo, esperando o esclarecimento do caso. 48 horas depois, uma irada nota oficial do ministro Carlos Tinocolimitou-se a proclamar que as acusações de *O Globo* seriam apenas "mais um episódio da campanha sistemática de tentativa de descrédito das Forças Armadas junto à opinião pública". Em resposta, poucos dias depois, o jornal carioca - de propriedade Roberto Marinho, não exatamente conhecido como inimigo dos militares - reproduziu o clas-

sificado "cifrado" publicado no *Jornal da Tarde* onde eram anunciados os nomes das empresas que iam ganhar em seguida a concorrência. Em suma, a prova da fraude.

A investigação começou no Tribunal de Contas da União, mas o Ministério do Exército não abriu uma sindicância interna. O general Iris Lustosa, que dirige o Departamento Geral de Serviços (que cuida das aquisições de material do Ministério), afirmou que a concorrência não seria cancelada. "O Exército não vai cancelar porque não houve irregularidade", garantiu. Palavra do mesmo oficial que em 1984 tentou desestabilizar a candidatura de Tancredo Neves à presidência mandando imprimir cartazes com a foto dele junto à foice e ao martelo do símbolo do PCB. (*Isto É/Senhor*; CEDI, 29/10/91)

Senado aprova plebiscito sobre parlamentarismo para 1992

O Senado deu o primeiro passo para a mudança do sistema de governo, do presidencialismo para o parlamentarismo: foi aprovada, em primeiro turno, emenda constitucional do senador José Richa (PSDB-PR) antecipando em um ano e cinco meses (de 7 de setembro de 1993 para 21 de abril de 1992) a realização do plebiscito sobre o sistema de governo. O resultado da votação foi expressivo: 53 votos a favor, com 15 contra e uma abstenção, acima da maioria de 3/5 (49 votos) exigida pela Constituição para as emendas constitucionais. Para o senador Richa, a trajetória da

emenda daqui para a frente deverá ser "rápida e com poucos problemas". Na Câmara, a emenda Richa deverá se juntar à quase análoga emenda do deputado José Serra (PSDB-SP), e precisará ir ao plenário em busca dos 302 votos necessários.

A decisão sobre o futuro político do país deverá mesmo ficar com os eleitores. Além do governador do Rio, Leonel Brizola - que qualificou a antecipação do plebiscito de "golpe branco" - nenhuma liderança expressiva se pronunciou contra esta eventualidade. A tática dos presidencialistas é de apoiar a ante-

cipação, na confiança do que uma campanha eleitoral mais breve poderia favorecer a manutenção do sistema atual. Por esta razão, o presidente Collor mandou as lideranças governistas apoiarem a emenda do senador Richa. "A antecipação será um tiro pela culatra para os parlamentaristas" - diz Ney Maranhão (PRN-PE), vice-líder do governo no Senado - "assim que aprovarem o plebiscito vou para o palanque avisar: o governo está mal, mas no parlamentarismo o poder é do Congresso, que está pior que tudo". (*Gazeta Mercantil e Folha de S. Paulo*, 24/10/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor: Orlando Joia ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Paulo Roberto Salles Garcia (Interior Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia), Lais Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Arte Final:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861

Assinatura Anual: Cr\$ 5.000,00

Assinatura semestral: Cr\$ 2.800,00

Assinatura Exterior: US\$ 50

Privatizada a Usiminas

Realizou-se, finalmente, o leilão de privatização da Usiminas, que acabou sendo vendida por US\$ 1,17 bilhão, 14,27% acima do preço mínimo fixado pela Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

Nas ruas próximas à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, repetiu-se a batalha entre manifestantes contra a privatização e a polícia que, após mais de quatro horas de violência, deixou um saldo de 81 feridos.

O número de participantes do leilão (144), foi superior ao esperado, o que indica, segundo avaliações do mercado, que muitos dos participantes adquiriram ações apenas para se livrar de títulos de crédito junto ao governo, como as debêntures da Siderbrás, Títulos da Dívida Agrária, além dos títulos da dívida externa (as chamadas "moedas podres"). As moedas utilizadas no leilão só serão conhecidas no início de novembro, mas os analistas econômicos não acreditam que possa ter entrado sequer um dólar

novo nos cofres do Tesouro. Saíram apenas US\$ 1,2 bilhão em "papagaios" de diversas espécies.

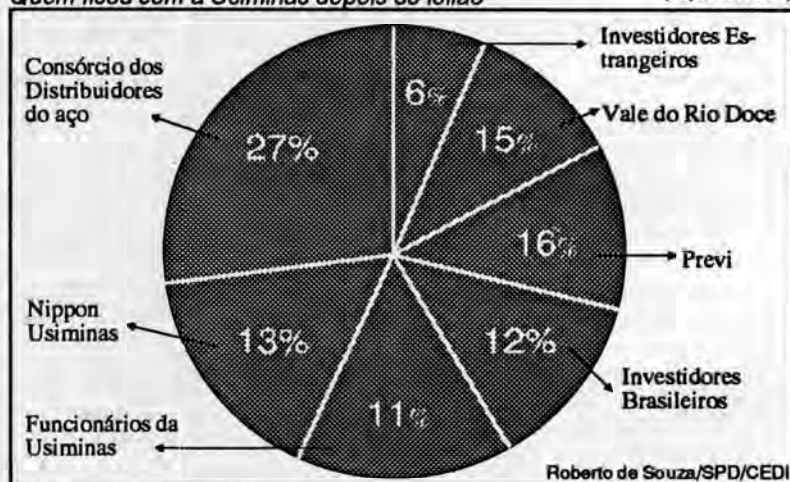
O novo controlador da Usiminas é um consórcio de empresas formado pelo Banco Bozano Simonsen e por um grupo de distribuidores de aço. Há cerca de um

mês o consórcio firmou um acordo operacional com os funcionários da Usiminas, que são donos de 11% das ações, e com a japonesa Nippon Usiminas, que detém 13%. Juntos eles possuem agora 51% do controle acionário e comandarão a empresa. (CEDI, 29/10/91)

Os donos do aço

Quem ficou com a Usiminas depois do leilão

(Veja, 30/10/91)



Falta de verbas paralisa pesquisas no país

Cerca de 40 sociedades científicas de todo o país divulgaram, no último dia 16, no Rio de Janeiro, manifesto denunciando a crise sem precedentes enfrentada pelo setor e exigindo a liberação imediata dos recursos orçamentários retidos pelo Ministério da Economia.

De acordo com o manifesto, os efeitos da crise econômica sobre a área de ciência e tecnologia "têm sido devastadores e a previsão é de que a situação piore ainda mais". Coincidentemente, poucos dias após a divulgação do documento, o físico José Leite Lopes, de 72 anos, considerado um dos grandes cientistas brasileiros, anunciava sua saf-

da definitiva do Brasil, para trabalhar no Centro de Pesquisas Nucleares, em Estrasburgo, na França.

Cassado em 1969 pelo regime militar, Leite Lopes foi exilado na França, onde trabalhou 16 anos e para onde volta agora. "Voltei ao Brasil por acreditar que poderia fazer alguma coisa de útil à ciência e à tecnologia", disse o físico. "Entretanto não há verbas para pesquisas e os laboratórios do Brasil estão virando sucata".

Opinião semelhante tem o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Jorge Guimarães

es. "Nunca ficamos nessa situação (de dificuldades) em 40 anos de existência". De acordo com o manifesto das sociedades científicas, dos US\$ 73 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), previstos no orçamento deste ano, foram liberados apenas US\$ 20 milhões. O governo estaria retendo ainda um empréstimo de US\$ 40 milhões, aprovados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), mas não liberados até agora.

Em 1992 os institutos ligados ao CNPq deverão contar com US\$ 6 milhões, 20 vezes menos que o pleiteado. (Jornal da Tarde, 17/10/91)

Pacto por um Mundo Novo

Desde 1982, a América Latina e o Caribe vêm transferindo entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões líquidos por ano para os países desenvolvidos, acumulando uma dívida externa total de US\$ 424 bilhões.

Foi baseado em dados como esses, fornecidos pela ONU, que o World Resources Institute (EUA) divulgou no último dia 28 docu-

mento assinado também por representantes da sociedade civil de mais de 10 países (EUA, Brasil, Canadá, Argentina, México, Venezuela, Chile, Costa Rica e Caribe), denominado Pacto por um Mundo Novo.

O documento propõe aos líderes do continente americano um pacto para reduzir a pobreza, preservar o meio ambiente e promover

um desenvolvimento sustentável da região. São oito as iniciativas propostas: proteção das florestas, aumento da eficiência energética, combate da poluição, redução da pobreza, estabilização da população, ampliação da capacidade científica e técnica, promoção do comércio e fornecimento de recursos financeiros. (O Estado de S. Paulo, 29/10/91)

Lançado projeto mundial de preservação

Um dos documentos mais importantes dos últimos anos para a conservação da natureza foi lançado mundialmente em 21/10. É o *Cuidando do Planeta Terra*, uma proposta de integração entre conservação da natureza e desenvolvimento econômico, elaborada pelo Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), World Wildlife Fund (WWF) e União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Ao contrário dos relatórios e documentos elaborados até hoje sobre a questão ambiental, este aponta soluções e indica estratégias para que as nações cheguem ao desenvolvimento sustentável.

Acompanhando a tendência mundial, embutida no espírito que vai fazer cair as fronteiras entre os países europeus em 92, as soluções propostas apontam para a integração: os problemas ambientais passam a ser problemas de todo o mundo e seu tratamento é de responsabilidade de todos.

O documento visa servir de guia para governos e toda a humanidade. Para isso, a estratégia propõe que os Estados adotem uma Declaração Universal e um Convênio de Sustentabilidade, comprometendo-se a adotar os princípios do desenvolvimento sustentável. Paralelamente deverá ser criada, até 1993, uma organização internacional que fiscalizará o cumprimento dos princípios, denunciando as infrações. Até 1995 estima-se que 50 países já tenham incorporado a Declaração às suas constituições e que, até o ano 2000, 50% das nações coloquem-na em prática.

O documento coloca como uma das principais metas a melhoria da qualidade de vida das populações carentes e propõe um esforço conjunto para que até o ano 2000 a renda per capita nos países em desenvolvimento cresça na ordem de 3%, pelo menos; e que a mortalidade infantil e a desnutrição tenham sido reduzidas pela metade. Para os países ricos a orientação é reduzir os padrões de consumo. Também propõe a redução dos gastos militares e a aplicação do dinheiro economizado em assistência aos países em desenvolvimento. (Patrícia Ferraz/Jornal da Tarde, 22/10/91)

Brasil precisa de US\$ 283 milhões para proteger a camada de ozônio

Um levantamento da indústria, em conjunto com o Ibama, mostrou que o Brasil precisaria de 283 milhões de dólares para adaptar seu parque industrial às exigências da Convenção de Viena, de 1985, e assim reduzir a produção e o consumo de substâncias que afetam a camada de ozônio.

O país deverá utilizar, no próximo ano, cerca de 6 milhões de dólares em projetos de adaptação do parque industrial. O governo criou um grupo de trabalho interministerial que vai regulamentar as normas de internalização de recursos, administrados pelo Banco Mundial (Bird) e provenientes do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal.

Os recursos são doados pelos países ricos e destinam-se aos países em desenvolvimento para projetos de alternativas tecnológicas que evitem a destruição da camada de ozônio. Para o triênio 91/93 o Fundo dotou 160 milhões de dólares.

Seis empresas brasileiras já têm projetos elaborados para o início da conversão industrial. A estimativa é a de que o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), agente oficial dos recursos do Fundo, encaminhe ao Bird em 1992 pedidos da ordem de quatro milhões de dólares.

Ao lado da questão ambiental, o Brasil tem interesses comerciais no reaparelhamento do parque industrial. Hoje, o país detém 25% do mercado mundial de compressores e 80% da produção nacional é exportada. A indústria de compressores utiliza um dos principais inimigos da camada de ozônio, o clorofluorcarboneto (CFC).

Cada vez mais os países desenvolvidos reduzem não só a produção do CFC como também o consumo desses gases em seus territórios. O governo alemão estabeleceu que, a partir de 1995, nenhum produto à base do CFC entrará no país. Além dos compressores, inúmeros equipamentos e produtos utilizam o CFC e outros gases danosos à camada de ozônio. Entre eles, estão refrigeradores de ar, geladeiras, espumas e aerossóis. (*Correio Braziliense*, 13/10/91)

Ozônio tem redução recorde na Antártida

Um imenso buraco apareceu, pelo terceiro ano consecutivo, na camada de ozônio que se estende sobre a Antártida, criando uma situação que se agrava pelas mais baixas leituras de concentrações de ozônio na história, afirmaram os cientistas da Nasa.

Dados de um instrumento de mapeamento do ozônio, a bordo do satélite Nimbus-7, que controla a camada sobre a Antártida, mostram que os níveis do gás na região caíram em cerca de 35% desde meados de agosto e que o buraco agora se estende por quase 21 milhões de quilômetros quadrados do continente, acompanhado dos níveis mais baixos de ozônio já registrados, segundo cientistas do centro de vôo espacial Goddard da Nasa, em Maryland.

Os cientistas disseram que os níveis de ozônio caíram perto de 200 unidades Dobson em meados de agosto para 127 unidades Dobson no primeiro dia de outubro. As

leituras feitas nos dias 4 e 5 de outubro mostram que os níveis de ozônio caíram abaixo do recorde anterior de 121 unidades Dobson, verificado no dia 5 de outubro de 1987.

Este é o quarto ano, desde 1986, em que a camada de ozônio sobre a Antártida mostra níveis de grave esgotamento. A única exceção foi em 1988, quando condições incomuns na atmosfera superior resultaram em destruição menos intensa.

Os cientistas acreditam que a destruição da camada de ozônio é causada por uma reação química envolvendo moléculas de cloro e de bromo liberadas pelas emissões industriais de substâncias como os clorofluorcarbonetos.

O controle por satélite já constatou ampla destruição dessa camada em torno do mundo, mas as perdas maiores são registradas sobre a Antártida durante os meses da primavera. (*Gazeta Mercantil*, 10/10/91)

São Paulo debate plano para salvar o Tietê

A despoluição do rio Tietê será debatida entre os dias 9 e 12 de dezembro no 3º Seminário Estratégia para Recuperação de Recursos Hídricos, que acontecerá em São Paulo. O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP) promete mobilizar os seus 200 mil filiados como defensores do Tietê. E o técnico que contribuir para a poluição do rio poderá até perder o seu registro profissional, caso a comissão de ética o determine.

O BNDES pretende liberar empréstimo para financiar o programa de despoluição industrial do rio, cujo custo é estimado em US\$ 250 milhões e envolve 1.100 empresas

Técnicos definem ajuda às florestas do Brasil

Até o final de outubro serão definidas as formas de implementação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, elaborado pelo governo brasileiro e que será financiado pelo Banco Mundial e pela Comunidade Econômica Européia (CEE).

A visita de uma delegação de 14 técnicos do banco e da CEE para discutir o projeto coincide com a chegada do autor da ideia do Programa, o chanceler Helmut Kohl, da Alemanha, que deverá encontrar-se com a missão encarregada de detalhar a proposta que ele apresentou na penúltima reunião dos sete países mais ricos do mundo (G-7), em Houston, no ano passado. O projeto prevê investimentos da ordem de US\$ 1,5 bilhões em cinco anos. Projetos governamentais de zoneamento, demarcação e fiscalização das unidades de conservação da Amazônia, consumiriam dois terços dos recursos; um terço seria destinado a 36 projetos implementados por ONGs que atuam na área.

O chanceler Helmut Kohl manifestou publicamente sua decepção com a liberação de apenas parte dos recursos pleiteados pelo Brasil junto ao G-7. "Num mundo onde as técnicas, processos, produtos e serviços de restauração do meio ambiente já sustentam um mercado anual de US\$ 780 bilhões, a prioridade para a preservação da Amazônia não pode mais ser apenas uma peça de retórica", disse o primeiro-ministro da Alemanha. (*Gazeta Mercantil e Jornal da Tarde*, 21/10/91)

na Grande São Paulo. O presidente do Banco, Eduardo Modiano, anunciou a intenção de financiar os programas de despoluição até um limite de 75% do valor total, com juros de 9% ao ano e carência de oito anos. A Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb) já começou a dar orientação técnica às empresas que estão assumindo o tratamento dos resíduos através de consórcios.

A despoluição do Tietê é um imperativo para que se possa recuperar a represa Billings para abastecer São Paulo. Caso as medidas de despoluição não sejam tomadas o governo necessitará, em breve, recorrer à água do Vale do Ribeira

e vencer os 700 metros de desnível da Serra do Mar. Esta solução poderá tornar o preço da água inacessível à maioria da população.

Segundo o diretor geral do Instituto Florestal de S. Paulo, José Timoni, "o acesso à água potável é uma prioridade que requer uma mudança de mentalidade do empresário. Este deve substituir o antigo conceito de que os seus processos produtivos são inofensivos até que seja provada sua responsabilidade direta, pelo princípio de que seus efluentes sejam considerados potencialmente mortais até o momento em que se consiga provar o contrário". (*Randau Marques/Jornal da Tarde*, 16/10/91)

RIO - 92

ONU quer disciplinar impacto ambiental provocado por empresas

Até a Rio-92 as grandes corporações empresariais que operam internacionalmente poderão ficar sujeitas a um código de conduta de disciplina do impacto ambiental de suas atividades.

Nos últimos três meses, o Centro para Corporações Transnacionais da ONU consultou grandes grupos empresariais e ambientalistas sobre as regras que consideram necessárias a essa disciplina. Com base nas sugestões recebidas, o Centro deverá formular um conjunto de recomendações a serem discutidas no Prepcom 4, que ocorrerá em Nova York em março de 92.

O Centro divulgou um relatório do secretário geral de Corporações

Transnacionais e Meio Ambiente, o qual sugere que a declaração final da Rio-92 contenha uma seção prevendo um conjunto de normas gerais aplicáveis às transnacionais.

A seção, de acordo com o relatório, deverá refletir "o emergente consenso sobre o impacto das atividades das corporações transnacionais e sobre o papel que elas devem desempenhar em apoio ao desenvolvimento sustentável".

O relatório observa que a Rio-92 deverá ser a ocasião para a assinatura de novos acordos internacionais na área ambiental sobre mudanças climáticas, biodiversidade e biotecnologia. (*Gazeta Mercantil*, 15/10/91)

Orçamento da Rio-92 sofre corte de 52%

Por falta de recursos, o orçamento para a organização da Rio-92 será reduzido a pouco menos da metade da quantia originalmente prevista. O presidente do Grupo de Trabalho Nacional (GTN) para a organização da Conferência, Carlos Garcia, informou que o orçamento sofreu um corte de 52% por causa da reduzida disponibilidade de recursos do Tesouro Nacional. Dos cerca de Cr\$ 31 bilhões previstos, o orçamento foi cortado para Cr\$ 15 bilhões e assim mesmo ainda não foi aprovado pelo presidente Collor.

Cerca de 60% do orçamento do GTN serão aplicados em transporte, segurança e saúde. Vão ser também montados três centros de comunicações: um no Aterro do Flamengo, para cobrir os eventos do Fórum Global, um no Copacabana Palace e o terceiro no Rio Centro, sede da Rio-92.

Depois das disputas políticas dentro do GTN, o presidente da Associação Comercial do Rio, Paulo Protásio, que ocupava o cargo de secretário-executivo, foi afastado e passou a cuidar das relações com as ONGs. (*OESP e O Globo*, 17/10/91)

Pequenos agricultores reagem ao pacote agrícola

Os recursos anunciados pelo governo para a agricultura não vão chegar às mãos dos pequenos. Essa é a constatação de grande parte dos pequenos produtores de todo o país. Na região Sul o pacote chega com 70 dias de atraso com relação à semeadura da safra de verão. Na região Nordeste acontece o mesmo, pois o período adequado para financiamento da safra também já passou. Segundo Vitorio Sitheren, coordenador da Secretaria Nacional de Pequenos Agricultores da CUT, além do atraso os pequenos enfrentam outras dificuldades, uma delas criada pelo pacote anterior,

que reclassificou os produtores. "Passou o grande para a categoria de médio e o médio passou a ser considerado pequeno. Isso inflacionou a categoria dos pequenos". A outra dificuldade apontada por Vitorio diz respeito ao acesso ao crédito bancário: "o pequeno tem muitos problemas hoje para chegar até o dinheiro, primeiro porque o banco exige um bom cadastro e saldo médio e, quando o pequeno consegue cumprir todas as exigências impostas pelo banco e pelo governo, o dinheiro já acabou". (CEDI, 24/10/91)

Brasil pede redução de tarifas

O Brasil pediu aos Estados Unidos redução das tarifas alfandegárias que impedem maior participação de seus produtos no lucrativo mercado norte-americano. O pedido foi formulado pelo ministro Antônio Cabrera durante reunião que manteve em Washington com o secretário de Agricultura dos EUA, Edward Madigan. Na oportunidade, o ministro disse que "uma redução de 50% nas tarifas fixadas pelos

Estados Unidos já faria grande diferença para o Brasil". Cabrera deixou claro que a posição brasileira é favorável à eliminação total das tarifas que EUA e Europa impõem aos produtos de outras nações, bem como ao fim dos subsídios à agricultura. Ele chegou a comentar que "os subsídios e as barreiras comerciais conspiram contra o Terceiro Mundo". (O Estado de S. Paulo, 17/10/91)

Crédito para pequenos depende de força política

O mês de outubro na França está sendo marcado por muitas manifestações de pequenos agricultores inconformados com as medidas de política agrícola da CEE. Os agricultores têm organizado "comandos" que visam, através de interrupção de palestras, protestos com produtos e outros, pressionar toda autoridade do governo francês que visite o interior do país.

O que está em foco é a manutenção dos subsídios aos pequenos agricultores, que garantem a quase totalidade da produção agropecuária do país. No caso francês, a política agrícola de fomento à pequena produção vem ao encontro não somente de questões econômicas e sociais como também ambientais, já que se considera que a "agropecuária pequena" pode ser mais sustentável ecologicamente. (O Estado de S. Paulo, 22/10/91 e CEDI, 24/10/91)

Pontos da Declaração de San Javier

- Não queremos que a integração se reduza a alguns acordos comerciais que favoreçam a uns poucos empresários, e que não contemplem os interesses dos trabalhadores, dos pequenos agricultores, nem da maioria da população.
- Somos contra as grandes barragens previstas para a nossa região, porque inundariam milhares de hectares de terras habitadas e produtivas, e por que trariam graves impactos sociais e ambientais que deterioram a qualidade de vida de nossa população.
- Queremos que sejam debatidos os acordos que estão sendo assinados pelos governos nos marcos do Mercosul, para que atendam a realidade econômica, social e cultural de

nossa população e seus legítimos interesses.

Que se estude como o processo de integração influirá em nosso produtos regionais, como a erva-mate, chá, leite, trigo, fumo, suínos, soja, açúcar, entre outros, e que adotem as medidas necessárias para que todos os agricultores e trabalhadores assalariados possam adaptar-se gradualmente à nova situação.

- Exigimos que se abram canais efetivos para que nossas organizações possam participar nas diversas instâncias de discussão e decisão.
- Queremos uma verdadeira integração latinoamericana, que fortaleça a unidade social e cultural de nossos povos.

Agricultores protestam contra o Mercosul

Dia 12/10, em San Javier (Argentina) foi realizado ato público promovido pela CUT (Brasil), Movimento Agrário de Misiones-MAM (Argentina) e Comissão Regional de Atingidos por Barragens-Crab (Brasil), protestando contra o processo de integração via Mercosul que está sendo feito pelos governos dos países do Cone Sul, a construção de grandes barragens binacionais e a farsa da comemoração dos 500 anos de colonização da América Latina.

O Prêmio Nobel da Paz Perez Esquivel, o vice-presidente da CUT Avelino Ganzer e outros dirigentes de entidades populares destacaram que a atual proposta de integração é apenas uma nova forma de dar continuidade à exploração da América Latina, já que, junto com a abertura das fronteiras entre os países do Cone Sul, também está ocorrendo a abertura completa de nossos mercados para o resto do mundo. (CEDI, 24/10/91)

Agricultores destroem obra de barragem

Os pequenos proprietários rurais que têm terras à montante da barragem do Setúbal, cuja construção foi abandonada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) depois da mudança do governo estadual, estão destruindo a picareta a parte da represa que já havia sido construída. Eles temem que, com o início das chuvas, a água retida pela obra inunde e destrua as plantações que já fizeram este ano. A barragem fica no município de Francisco Badaró, no Vale do Jequitinhonha.

"Queremos que o rio corra liberado igual era antes. Já deram muitos prejuízos para nós", afirmou ontem o representante dos pequenos proprietários, Joaquim Martins de Souza, de 36 anos. Ele possui 12 hectares à montante da barragem e teria oito deles inundados se a obra fosse concluída.

A barragem faz parte de um polêmico programa de irrigação e perenização de rios iniciado no governo Newton Cardoso. Das 14 projetadas, sete estão prontas e seis nunca saíram do papel. A mudança de governo encontrou a barragem do Rio Setúbal em andamento e, mesmo já tendo consumido US\$ 11 milhões, as obras foram paralisadas. (*Jornal do Brasil*, 17/10/91)

Sindicalismo no Campo

O CEDI através do programa Movimento Camponês/Igrejas, acaba de lançar mais uma obra de referência: *Sindicalismo no Campo - Balanços e Controvérsias*.

O livro traz importantes estudos de pesquisadores que têm "um pé no movimento". Os textos estão distribuídos em 4 blocos temáticos: representação sindical e lutas sociais; organização dos assalariados; associações e sindicatos; dominações e conflitos. O conjunto resulta num fecundo material de reflexão indispensável a todos que estão direta ou indiretamente envolvidos no debate.

Adquira já seu exemplar, remetendo cheque nominal ao CEDI no valor de Cr\$ 6.000,00 - a/c Setor de Distribuição -

Plantar maconha como forma de sobreviver

"No sertão pernambucano, na região do Pajeú, o pequeno agricultor só continua a existir se plantar maconha". Essa é a afirmação mais comum hoje entre os pequenos agricultores. Abandonados à própria sorte, sem acesso a crédito e vendo constantemente frustradas as safras, pela seca ou pelo preço irrisório pago aos seus produtos, a safra dos pequenos vem sendo o cultivo da *Cannabis sativa*.

Atrás do crescimento dessas lavouras, que chega a dar um retorno econômico em um ano equivalente

a 30 anos de trabalho na roça obtendo boas safras, vem também a violência decorrente da briga entre facções que tentam controlar o comércio local da droga, somando-se a isso as investidas da Polícia Federal. Os agricultores ficam no meio dessa briga e muitas vezes sofrem agressões de ambos os lados.

A forma como vem se compondo o quadro na região acena para a criação da versão brasileira de Medellín. (*Veja*, 09/10/91 e CEDI, 23/10/91)

Choque entre PMs e sem-terra fere seis em SC

Um confronto entre sem-terra e policiais militares numa área invadida no município de Garuva (SC) resultou em seis feridos. O confronto ocorreu quando cerca de 150 policiais militares fortemente armados escoltaram oficiais de justiça que foram retirar búfalos da Fazenda Carrapatinho, ocupada no último dia 17. Os búfalos pertencem a um fazendeiro das proximidades, que usava a área de 2,2 mil hectares, considerada de preservação permanente pelo Ibama, para criar os animais. Antes do cumprimento da ordem judicial, os oficiais de justiça e a PM fizeram um acordo com os sem-terra para retirar os animais. Porém, ao final da operação, a Polícia Militar começou a revistar o acampamento e a intimidar os inva-

sores, que reagiram. Seis pessoas entre policiais e sem-terra saíram feridos.

A Coordenação Estadual do Movimento dos Agricultores Sem-Terra de Santa Catarina denunciou a manutenção dos trabalhadores em cárcere privado pela Polícia Militar. Os sem-terra estão num salão paroquial, vigiados por 20 policiais, sem qualquer contato externo. Nem mesmo um médico foi autorizado a entrar no salão, que tem cerca de 30 crianças, incluindo um excepcional e vários bebês, além de uma gestante. Os sem-terra aguardam o fim do confinamento para retornar ao acampamento de origem, numa localidade a 25 quilômetros de Garuva. (*Jornal do Brasil*, 23 e 25/10/91)

Falta sem desculpa

O deputado estadual do Pará, Osvaldo dos Reis Mutran, e a juíza de direito da comarca de Marabá (PA), Esilda Pastena, desrespeitaram a convocação da CPI da Câmara dos Deputados sobre a violência no campo e não compareceram para depor. Acusado de envolvimento em assassinatos de trabalhadores rurais, o deputado lançou mão da imunidade parlamentar para justificar sua ausência. A juíza, que está sendo acusada de rasgar um inquérito visando beneficiar a família Mutran, alegou estar doente. As desculpas não foram aceitas pela vice-presidência da CPI. (*Jornal do Brasil*, 18/10/91)

Sem-terra são expulsos com violência duas vezes em AL

Sob a mira das armas de um grupo de pistoleiros, 200 famílias de sem-terra foram expulsas da Fazenda Aquidabam, município de Jundiá (AL). Embarcados à força em dois "gaiolões de cana", os sem-terra foram despejados no canal da Usina Porto Rico onde sofreram novas ameaças dos seguranças da empresa que os expulsaram novamente, impedindo-os de acampar nas terras circunvizinhas. No momento, as famílias encontram-se instaladas precariamente numa área cedida pelos assentados em Vitória da Conquista, município de Flexeiras. (*Folha de S. Paulo*, 13/10/91 e MST, 14/10/91)

Visita do Papa: Protestantes criticam gastos de Cr\$ 7 bilhões

Líderes das igrejas Batista, Presbiteriana Unida, Episcopal de Comunhão Anglicana e Luterana - representando cerca de cem mil adeptos na Bahia - entregaram ao papa João Paulo II documento no qual descrevem a realidade social do Brasil e criticam os gastos com a visita do chefe da Igreja Católica ao País, totalizando Cr\$ 7 bilhões. Os representantes das igrejas pediram ainda que o papa "convoque os líderes das grandes potências para o perdão de uma dívida externa vergonhosa, que escraviza milhões de homens, mulheres, crianças e velhos".

Fruto de injustiça - "Ao darmos as boas-vindas a Sua Santidade à Bahia, lamentamos registrar as volumosas e desnecessárias despesas e outras extravagâncias feitas nessa sua segunda visita ao Brasil". O documento lembra que o povo brasileiro "sofre todos os estigmas da marginalização social: salário indigno, falta de moradia, analfabetismo e doenças". Os líderes protestantes baianos destacam ainda que desde a primeira visita do papa, em julho de 1980, o Brasil de um modo geral, e a Bahia em particular, pio-

raram muito.

"A miséria e a fome aumentaram, a corrupção, em muitos setores governamentais, tem desacreditado as autoridades públicas, há muita injustiça na distribuição das riquezas, com 50% da população mais pobre participando apenas com 10,4% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos aumentaram sua participação de 46,6% para 63,2% nos últimos dois anos", destaca o texto.

Os representantes evangélicos afirmam também que "todo esse quadro de degradação é fruto de um sistema em que o homem é subordinado ao lucro e à ganância", uma situação condenada pela encíclica *Centesimus Annus*, de João Paulo II.

Apesar de destacar o esforço de diálogo da Igreja Católica com organismos ecumênicos, o documento enfatiza também a necessidade de "gestos mais transparentes e significativos, pois a unidade dos cristãos constitui a verdadeira força capaz de combater a injustiça, as desigualdades sociais e econômicas, o preconceito e a proliferação

dos exploradores dos sentimentos religiosos do povo".

O encontro com os pastores evangélicos na capital baiana foi organizado pelo arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, d. Lucas Moreira Neves, a pedido da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), que também assina o documento. (*O Globo*, 21/10/91)

□ **Diálogo** - Em Florianópolis, o papa João Paulo II apresentou três propostas para o diálogo entre as igrejas cristãs no Brasil, durante encontro que reuniu protestantes e católicos. "O diálogo da caridade, o teológico e o da vida. É muito mais forte aquilo que nos une do que aquilo que nos divide", afirmou. O diálogo com a vida é, segundo ele, a conjugação de esforços para servir com espírito evangélico todos os homens, e em particular no Brasil, para superar males como a fome, o analfabetismo, a pobreza, a falta de terra e de habitação. (*Correio Braziliense*, 19/10/91)

Repleta de ambigüidades a visita do papa

A primeira coisa a se destacar no contexto da visita do papa foi a enorme "sede de Deus" que se manifestou. Em um mesmo dia (12 de outubro) 200 mil viram o papa em Natal, 180 mil se reuniram no Maracanã em torno da Igreja Universal do reino de Deus - sem o 'bispo' Macedo -, 200 mil estiveram em Aparecida e 800 mil em Belém do Pará (Festa do Círio). Os candomblés da Bahia mostraram profundo respeito religioso, mantendo-se fechados durante a visita papal. Este conjunto de manifestações, entre outras, mostra uma imensa sede de sagrado que sente nosso povo.

Em segundo lugar, foram muito significativas as diversas manifestações de desagrado com a suntuosidade da visita, vindas de vários bispos, de entidades ecumênicas e, até mesmo, do Vaticano, que criticou a contradição em o estado de Alagoas

ter feito gastos desmesurados com o altar de Maceió. Todas denunciam profeticamente a situação de penúria que vivemos hoje. Muito significativo o *outdoor* da CUT-ES nesse sentido, que dizia (em inglês): "João, eles sabem o que fazem. Ore por nós!".

Em terceiro lugar, são os gestos simbólicos de João Paulo II que ficarão na memória do povo: as doações à favela do Lixão e às instituições de igrejas que trabalham com menores (500 mil dólares); a visita à irmã Dulce, na Bahia; o afago em um leproso; o choro ao ouvir as crianças baianas; o abraço em um menino...

Eclesialmente, porém, a visita foi coberta de ambigüidades. Em seus pronunciamentos na área da moral social, apesar de manter-se em defesas genéricas dos pobres como preferidos de

Deus, ele, por outro lado, condenou "as invasões em propriedades privadas". Falou, porém, de uma "ecologia humana", condenou o pagamento da dívida externa às custas da miséria e fome, estimulou as pastorais da criança e do menor. No campo da moral pessoal manteve a rígida doutrina católica, condenou o aborto e o divórcio, estimulou um movimento pró-vida e manifestou a necessidade de uma maternidade e paternidade responsáveis, reprovando os métodos não-naturais de controle da natalidade. Ouviu os índios falarem do seu massacre e elogiou o influxo missionário que há 500 anos nos cristianiza. Repleto de ambigüidades, assim foi a visita do papa. (Jorge Atílio Silva Iulianelli/*CEDI*, 28/10/91)

CPI do menor: d. Luciano acusa polícia de atuar com matadores

Maurilo Clarito/AE

A polícia brasileira foi corrompida e atua ao lado de matadores de aluguel, contratados para matar crianças e adolescentes considerados infratores. A acusação de d. Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi feita dia 22 durante depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que investiga o assassinato e maus-tratos contra meninos no país.

Só nos primeiros três meses deste ano, foram mortas 411 crianças e adolescentes em oito estados brasileiros, como registram os arquivos dos Institutos Médicos Legais (IMLs). No ano passado, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) registrou uma morte por dia, em todo o país, de menores de 18 anos de idade. Atualmente vivem no Brasil 25 milhões de crianças em miséria absoluta. Destas, 11 milhões perambulam pelas ruas.

Para o presidente da CNBB, o comportamento da sociedade e das instituições do governo indica o desprezo pela vida, condenando à morte, pela fome, milhões de crianças todos os anos. "Morrer de fome num país tão rico", disse o bispo, "mostra a pouca eficiência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que lida com verbas elevadas e não as utiliza como deveria". D. Luciano revelou que já "estava cansado" de ver alimentos apodrecendo em armazéns do governo.

Críticas - O presidente da CNBB criticou também o recente investimento de verbas públicas em gran-



des projetos educacionais. Para o bispo de Mariana (MG) o governo deveria fortalecer as instituições já existentes, ao invés de abandoná-las, além de investir nos setores habitacional e de saúde e retomar o projeto de reforma agrária. Denunciou ainda que as imagens mostran-

do a visita do papa João Paulo II em favelas de Vitória e Salvador foram selecionadas pelas grandes emissoras, para que a "verdadeira face do país não fosse exposta".

No âmbito do Ministério da Justiça foi criada uma comissão formada por representantes do Unicef, OAB, CBIA, CNBB, Secretaria Nacional dos Direitos de Cidadania e Justiça e Procuradoria Geral da República, além de várias associações e movimentos de meninos de rua, para trabalhar junto aos governos estaduais na tentativa de reduzir a violência contra as crianças e adolescentes das camadas mais pobres. "É a primeira vez que existe no Brasil uma comissão desse nível para alertar sobre a gravidade que isso representa para nosso país. Nós temos uma política covarde e corrompida e esse é o momento de acabar com isso, de virarmos essa página triste da nossa história", disse d. Luciano. (*O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil*, 23/10/91)

'Bispo' Macedo se diz inocente na CPI do narcotráfico

Depois de se apresentar à Polícia Federal (SP), prestar depoimento e ser liberado, o 'bispo' Edir Macedo Bezerra, fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o narcotráfico. Ele é acusado pelo 'pastor' Carlos Magno de Miranda, dissidente da Igreja, de ter comprado a TV Record com dinheiro de traficantes da Colômbia.

Ajudado por vários deputados evangélicos, Macedo esquivou-se de explicar a denúncia e respondeu sem muita precisão às perguntas formuladas pelo deputado Carlos Luppi (PDT-RS), autor do pedido de convocação do 'bispo'. O forte lobby em favor de Macedo transformou as quatro horas de depoimento em uma pregação - ele chegou a ser comparado com "Jesus Cristo crucificado" -, e quase não permitiu que ele falasse.

Citando textos bíblicos, o líder da IURD garantiu que não recebeu

dinheiro da Colômbia para auxiliar a Igreja e, bem à vontade, lamentou: "seria até bom que esse dinheiro pudesse vir".

Colarinho branco - O delegado Antonio Decaro Junior confirmou que depois de ouvir os outros integrantes da Igreja que estão envolvidos no caso, Edir Macedo será enquadrado no artigo 22 da Lei 7.492/1 (1986), que pune os chamados "crimes do colarinho branco" e prevê pena que varia de dois a seis anos de prisão.

O 'bispo' afirmou que todo o dinheiro utilizado na transação foi proveniente da contribuição dos fiéis da Igreja, tomado emprestado por contrato mútuo entre o grupo de pastores e a igreja, a juros de mercado. Essa operação também é irregular, porque as igrejas e templos contam com imunidade tributária garantida pela Constituição, mas não podem exercer função de agente financeiro. (*Jornal do Brasil*, 16/10/91, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, 23/10/91)

Políticos evangélicos se reúnem em Brasília

Políticos evangélicos de todo o país reúnem-se em Brasília, de 20 a 24 de novembro, para discutir o tema "Responsabilidade da igreja evangélica com o aspecto social no Brasil". Atualmente existem 150 evangélicos exercendo funções no Executivo e Legislativo. (*Folha de S. Paulo*, 22/10/91)

Exército constrói estrada no Parque Nacional do Pico da Neblina

O Regulamento dos Parques Nacionais, em seu art. 24 diz que "É vedada a execução de obras que visem a construção de teleféricos, ferrovias, rodovias, barragem, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão ou outras, que não sejam de interesse do Parque Nacional". (Dec. nº 84.017 de 21/9/91)

Apesar desse Decreto, o 1º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, baseado no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), está abrindo uma estrada dentro dos limites do Parque Nacional do Pico da Neblina, localizado no mesmo município, às margens do alto rio Negro. O Parque já é rasgado de sul a norte pela estrada São Gabriel da Cachoeira/Cucuf (BR-307), que vai até a fronteira com a Colômbia, cuja construção foi iniciada antes da criação do Parque, pelo decreto nº 83.550 de junho de 1979. As invasões dos limites do Parque, por fazendeiros que desmatam para colocar pastagens e de garimpeiros que sobem à procura de ouro, são facilmente percebidos pelo visitante. A estrada em construção tem como objetivo dar acesso ao quartel de Maturacá já em fase de acabamento, que vai abrigar cerca de 40 soldados responsáveis pelo patrulhamento da fronteira com a Venezuela.

A estrada, já com placas indicativas, inicia-se do km 112 da BR-307, com destino a Maturacá, onde estão localizadas duas aldeias Yanomami. Dos 68 quilômetros de extensão previstos, cinco estão desmatados, sendo que o primeiro já está compactado, numa faixa de cerca de 20 m de largura, o que perfaz uma área total de 1.120 km² desmatados dentro do Parque Nacional.

Logo que as marcas da obra começaram a aparecer, em outubro do ano passado, o diretor do Parque e

único fiscal do Ibama para uma área de 2 milhões e 100 mil hectares, o engenheiro agrônomo Êzio Borba, enviou ofício ao superintendente estadual do órgão em Manaus, José Amauri da Silva Maia, comunicando o fato e pedindo orientação.

Sem resposta, Borba enviou outros ofícios que ficaram igualmente sem eco. Em Manaus, o superintendente estadual informou ter conhecimento do caso, mas está aguardando recursos do Banco Mundial para fazer uma fiscalização mais eficaz. Disse também que havia repassado os ofícios do diretor do parque à Divisão de Gerenciamento das Unidades de Conservação do Ibama em Brasília. Também aí, nenhuma providência foi tomada.

Na frente de construção, os soldados-indígenas não quiseram falar sobre o assunto, a não ser que sua missão principal era a de abrir uma picada na mata em direção a Maturacá. O desmatamento é feito com serras elétricas, tratores e queimadas. O comandante do 1º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) de São Gabriel da Cachoeira, coronel Manoel Augusto da Silva Brasil, confirmou a intenção do projeto mas se disse desautorizado a dar mais informações.

No Comando Militar da Amazônia, em Manaus, o relações públicas do 2º Grupamento de Engenharia e Construção (GEC), coronel Mourão, aconselhou "deixar esse assunto de lado" porque a

estrada só vai beneficiar a região.

De fato, com a estrada, os garimpeiros vão reduzir para algumas horas um trajeto que têm feito em até duas semanas com todos os riscos oferecidos pela mata fechada. O fiscal do Ibama, com a ajuda do delegado de São Gabriel da Cachoeira e de pelotões do Exército, já retiraram garimpeiros brasileiros e venezuelanos do pé da serra da Neblina diversas vezes. A próxima operação está prevista para meados deste mês.

Atualmente os garimpeiros utilizam o mesmo caminho dos índios. Da BR-307, sobem o igarapé Iá-mirim numa canoa carregada de provisões e ferramentas, pegam o Iá-grande, depois o barrento rio Caburis e finalmente o igarapé Tukano. Dali desembarcam de carga nas costas, caminham ainda uns dois dias pela floresta até atingir as grotas ao pé da serra. Já há indícios de contaminação de mercúrio nas águas do rio Caburis, conforme denúncia da revista norte americana *South America Explores*, de setembro do ano passado. Outra opção, menos utilizada pelos garimpeiros, pelos riscos que oferece, é de penetrar pelo estado de Roraima, através do rio Demini e depois seguir a pé pela floresta por até 20 dias. Há notícias de que muitos foram encontrados semi-mortos e salvos por índios Yanomami. (Eliane Nunes, 14/10/91)

Líder indígena denuncia construção de hidrelétricas

A Procuradoria Geral da República vai apurar se o Exército está construindo hidrelétricas nas áreas indígenas do rio Negro. A determinação de abrir inquérito para investigar denúncia feita pelo presidente da Federação dos Povos Indígenas do Rio Negro (Foirn), Brás de Oliveira França, partiu do procurador Wagner Gonçalves. De acordo com a denúncia, o 5º Batalhão Especial de Fronteira do Exército, sediado em São Gabriel da Cachoeira

(AM), estaria construindo duas hidrelétricas nas áreas.

No telex enviado à Procuradoria, Brás França pede ao Ministério Público Federal que tome as providências imediatas "visando a paralisação das obras, com base no art. 231, parágrafo 3º da Constituição, que protege os potenciais energéticos em terras indígenas. Ele argumenta que a comunidade indígena não foi consultada pelos militares. (Correio Braziliense, 23/10/91)

Funai fiscaliza ação religiosa entre os Javaé

A antropóloga Ester Silveira, que passou quatro dias na reserva Javaé (Ilha de Bananal, TO), disse que a relação dos índios com as missões religiosas iniciou-se há oito meses, por meio da Congregação Cristã de Formoso do Araguaia (TO). Ela foi enviada pela Funai para proceder a uma análise da situação, atendendo a denúncia dos índios da aldeia Canoanã, alertando sobre os prejuízos que sofrem as comunidades seguidoras de religiões alienígenas. (Correio Braziliense, 11/10/91)

Adiada novamente demarcação da terra Yanomami

O prazo para demarcar a área Yanomami venceu no dia 19 de outubro. Esta data foi estabelecida por decreto assinado pelo presidente Fernando Collor no dia 19 de abril, que definia 180 dias para a terra ser demarcada. Na última reunião setorial no dia 15 de outubro, Collor adiou a decisão para o dia 29 e a terra não foi anunciada pelo presidente.

O *Jornal do Brasil* (30/10) disse que o adiamento é uma vitória do ministro do Exército, general Carlos Tinoco, que com apoio dos demais ministérios militares conseguiu convencer o presidente a não anunciar a demarcação.

A alegação dos militares para adiar a demarcação da terra dos Yanomami baseou-se na velha questão da segurança nacional na área de fronteira. O Exército não quer que os 150 km da faixa de fronteira sejam incluídos na reserva dos Yanomami.

Apesar de bastar a assinatura do ministro Jarbas Passarinho na Portaria que vai declarar de posse dos Yanomami a área de 9,4 milhões de hectares, o ministro a enviou há mais de uma semana ao presidente Collor para que ele decida. No texto da Portaria consta uma ressalva para atender às reivindicações dos

militares: as Forças Armadas não dependerão de autorização da Funai para ocuparem a área.

O líder indígena Davi Yanomami disse ao jornal *Folha de S. Paulo* (30/10) que "só acredito vendo o decreto do presidente". Ele acha que o presidente Collor pessoalmente quer fazer a demarcação, mas não possui força suficiente para enfrentar os adversários da regularização da terra Yanomami. Além dos militares, são adversários os governadores da região, garimpeiros e mineradores. (CEDI, 30/10/91)

Ministro delimita mais quatro áreas indígenas

A questão da demarcação das terras indígenas continua agitando o ministério da Justiça e o Palácio do Planalto. O ministro Jarbas Passarinho, que recentemente havia declarado a posse permanente indígena de oito áreas, assinou portarias delimitando mais quatro Áreas Indígenas. Em menos de dois meses, somam 12 as áreas indígenas delimitadas pelo governo federal.

No dia 24 de outubro foram publicadas no Diário Oficial as Portarias assinadas no dia anterior, pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que delimitam para demarcação as seguintes terras:

Área Indígena Waiãpi com uma superfície aproximada de 573 mil hectares, nos municípios de Mazagão e Macapá (AP) para os cerca de 350 índios Waiãpi da família linguística Tupi-Guarani; **Área Indígena Alto Purus**, com aproxima-

damente 265 mil hectares, nos municípios de Manoel Urbano e Sena Madureira (AC), para os mais de 1.100 índios Kaxinawá (de língua Pano) e Kulina (de língua da família Aruak).

Área Indígena Cerrito, com uma superfície aproximada de 2.040 hectares, no município de Eldorado (MS) para os aproximadamente 150 índios Guarani Nandeva, de língua da família Tupi-Guarani. (CEDI, 24/10/91)

Collor homologa 71 áreas indígenas

O presidente Fernando Collor homologou, no dia 29 de outubro, a demarcação de 71 áreas indígenas, distribuídas em 16 estados. Assinou também o projeto do Estatuto do Índio que será discutido no Congresso Nacional e apresentou um Plano de Demarcações, que prevê até o fim do seu governo a consolidação de mais 278 áreas.

Esses atos foram acompanhados de solenidade no Palácio do Planalto. O presidente subiu a rampa do Palácio acompanhado de 26 índios. (CEDI, 30/10/91)

Seminário

O Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) e a Rede Amazônica (organização não-governamental colombiana), com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promoverão nos dias 9 a 12 de dezembro próximo um seminário sobre demarcação de terras indígenas. Serão discutidos aspectos jurídicos e políticos, a transferência de tecnologia e de técnicas demarcatórias e estratégias de financiamento para a demarcação das terras indígenas. Participarão lideranças indígenas e representantes de ONGs e organizações governamentais do Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela e Equador. (Informativo NDI, out/1991)

NDI apresenta projeto de Estatuto ao Congresso Nacional

O projeto de Estatuto das Sociedades Indígenas elaborado pelo NDI foi apresentado ao Congresso Nacional no dia 23/10/91, tendo como autores os deputados Alofzio Mercadante (PT-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS), Sidney de Miguel (PDT-RJ), Fábio Feldman (PSDB-SP) e José Carlos Sabóia (PSB-MA). Em relação ao texto inicial do projeto publicado pelo NDI, foram acrescentadas várias modificações sugeridas por pessoas e entidades ligadas à questão indígena. O projeto recebeu o número 2057. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, já despachou o projeto e criou uma comissão de 20 parlamentares para analisá-lo. (Informativo NDI, out/1991)

Área Indígena Guasuti

Por meio da Portaria nº 512, assinada no dia 9 de outubro, o ministro da Justiça Jarbas Passarinho declarou de posse permanente dos índios Guarani/Kaiowá a Área Indígena Guasuti.

Essa área, localizada no município de Aral Moreira, no Mato Grosso do Sul tem uma superfície de 930 hectares. (CEDI, 29/10/91)

Brastemp e sindicato fazem acordo

A direção da Brastemp e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fecharam acordo sobre as demissões efetuadas no último dia 15. A empresa havia feito uma pesquisa entre os 1.095 demitidos sobre o sistema de voluntariado. Dos 771 trabalhadores que votaram 662 aceitaram, embora não concordassem com os benefícios oferecidos pela empresa - um salário integral a ser pago em outubro ou dois salários a serem pagos em quatro vezes, garantias trabalhistas e assistência médica por seis meses.

No acordo fechado a Brastemp aceitou abrir o voluntariado a todos os funcionários, com exceção de chefes, gerentes e equivalentes, para atingir 1.557 dispensas - total necessário, segundo ela, para adequar a produção ao mercado. Além dos direitos trabalhistas, a empresa oferece dois salários, assistência médica por seis meses e prioridade no caso de contratações.

A queda no volume de vendas e a falta de perspectivas a curto prazo

de reaquecimento do mercado interno foram os dois principais motivos alegados pela empresa para a redução de 1.557 vagas na unidade de São Bernardo do Campo.

Desde o anúncio das demissões, o Sindicato vinha negociando com a empresa na tentativa de reverter o quadro. Depois de quase quatro dias de greve de fome feita por Vicentinho, presidente do Sindicato, a empresa concordou em suspender as demissões para negociar. No dia 22 cerca de 500 trabalhadores ocuparam a fábrica em protesto contra a manutenção das demissões. A ocupação terminou com a ação da Polícia Militar, que dispersou a movimentação com golpes de cassetes e bombas de gás lacrimogênio, ferindo cinco pessoas. A Brastemp havia demitido por justa causa 10 trabalhadores - três diretores de base e sete *cipeiros*. Com o acordo firmado as demissões foram anuladas e estabelecida uma trégua, durante a qual as partes voltarão a se reunir. (CEDI; *Diário do Grande ABC-SP*, 30/10/91/)

Funcionários de estatais lançam campanha unificada

Trabalhadores da Cetesb, Sabesp, Fundação Florestal, Metrô e Comgás fizeram em ato público em frente à Secretaria da Fazenda para o lançamento da campanha de emergência unificada dos empregados das estatais paulistas. O movimento para reposição das perdas e contra a privatização de estatais reuniu aproximadamente 200 pessoas.

A política econômica do governo Collor foi bastante criticada pelos sindicalistas presentes ao ato. Segundo a diretora de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente,

Elizabeth Avelino, a perda salarial na Cetesb, Sabesp e Fundação Florestal, que empregam 20.400 trabalhadores no estado, chega a 60%. Entre os 9 mil metroviários, o cálculo de perdas varia entre 61% a 75% e a categoria reivindicava ainda plano de cargos e salários e incorporação de abonos. Na Comgás as perdas calculadas desde o Plano Collor I chegam a 168% para os 1.400 trabalhadores da empresa. Os sindicalistas estão propondo um campanha unificada e, se possível, uma paralisação conjunta dos funcionários das estatais. (*Diário Popular*, 23/10/91/)

CUT vence eleições dos Motoristas de São Paulo

A eleição do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de São Paulo (filiado à CUT) ocorreu sem tumultos. A chapa 1 (da CUT) venceu a eleição com 65% dos votos apurados. A chapa 2, apoiada pela Força Sindical obteve 27% dos votos. (OESP, 27/10/91)

Dieese mostra marginalização da mão-de-obra

Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) constata tendência de marginalização da mão-de-obra. O exemplo mais claro disso é a diminuição, de 5,4%, do número de trabalhadores com carteira assinada na Grande São Paulo, entre agosto de 90/91. No mesmo período, o total de trabalhadores sem carteira assinada aumentou 21,1%. A queda no registro de empregados tem sido ininterrupta desde outubro do ano passado. (*Diário do Grande ABC-SP*, 21/10/91)

Vidreiros se unem contra silicose

O Sindicato dos Vidreiros de São Paulo realizou um seminário nacional sobre os problemas causados pelo pó de sílica. O debate foi organizado pelo Instituto de Saúde no Trabalho (Inst), órgão da CUT, e contou com a participação de vários sindicatos dos setores mais afetados como minas, pedreiras, cerâmicas, portos, siderurgia, fundição e vidrarias. A silicose, doença pulmonar adquirida pela inalação do pó de sílica, atinge milhares de trabalhadores e faz vítimas fatais. Foi verificada a necessidade de uma ação unificada contra a doença, que se propaga com as más condições de trabalho. (*Diário Popular*, 19/10/91)

Força Sindical aposta no fim da CGT

A Força Sindical aposta numa gradativa extinção da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). As afirmações foram feitas pelo coordenador nacional de comunicação da Central, José Roberto Fernandes. Segundo ele, a CGT existe apenas no cartório e pró-forma, pois na prática nada fez até hoje, e por isso vai se acabar aos poucos. Para ele 70% dos sindicatos ligados à CGT optarão pela CUT, 25% pela Força Sindical e 5% vão preferir se manter independentes. (*Diário Popular*, 22/10/91)

O Brasil é um país doente

Na revista **Tempo e Presença** de nov/dez 91 especialistas em saúde fazem um diagnóstico completo da saúde no Brasil e apontam as consequências.

Adquira número avulso ou faça sua assinatura. ☎ (021) 2246713 (Rio) ou (011) 825-5544 (SP)

Paulistanos andam a pé por falta de dinheiro

Dois terços da população de São Paulo caminham por falta de dinheiro e descrença no transporte coletivo. São 13,5 milhões numa população estimada em 17,5 milhões nos 38 municípios na região metropolitana. Meio de transporte que mais cresce, os pés prometem ultrapassar de longe as rodas na correria pela sobrevivência.

Os números desenham o novo tipo urbano predominante: o andarilho. Cada vez mais o paulistano se parece com a figura de um indivíduo de 20 a 40 anos de idade que usa tênis, roupas leves, carrega bolsas de plástico e vence distâncias de

um a 20 quilômetros à velocidade de sete quilômetros por hora. Não há carroça, ônibus, carro ou trem suficientes para transportar tanta gente. Quem pega transporte coletivo geralmente vai a pé até os pontos de ônibus e estações de trem e metrô, numa média de 34 minutos por dia. Três quilômetros de caminhada.

O andarilho sai sozinho. Acorda por volta das 3h para chegar ao trabalho às 7h. Trabalha oito horas e, quando volta para casa, sobram-lhe quatro horas que ele gasta para dormir a tempo de acordar e retomar a andança.

Isso porque o andarilho rechaça total ou parcialmente o transporte coletivo, tem baixa renda e trabalho não especializado. Não compõe uma tribo romântica, uma horda de fanáticos pelos desafios do tempo-espaço. Compõe, sim, o grosso da população, individualizada em trajetórias paralelas, absorva em pensamentos de sobrevivência onde o lazer e o prazer não se incluem por pura impossibilidade. Nos quais os Cr\$ 200,00 da tarifa de ônibus tem importância transcendental. (*Folha de S. Paulo*, 27/10/91)

Contaminação revolta Químicos

Nove trabalhadores da Ferro Enamel, fabricante de pigmentos para tintas, vernizes e esmaltes instalada em São Bernardo do Campo, estão contaminados por cádmio, produto altamente tóxico e cancerígeno. Os funcionários estão afastados do trabalho e o Sindicato dos Químicos do ABC aguarda o resultado dos últimos exames médicos para propor alterações na linha de

produção da indústria.

O sindicato e entidades ecológicas da região fizeram uma manifestação na porta da Ferro Enamel protestando contra as condições de trabalho insalubres e a poluição provocada pela fábrica. Além do cádmio, a empresa utiliza chumbo na produção e a fumaça que expele pelas chaminés está incomodando os seis mil moradores de um condo-

mínio da vizinhança.

"Nossa preocupação é com a saúde do trabalhador e também com o meio ambiente. A empresa tem que melhorar as condições no local de trabalho e ao mesmo tempo instalar filtros para combater a fumaça" afirmou Domingos Lino, diretor do Sindicato dos Químicos. (*Diário Popular*, 25/10/91)

Violência contra as mulheres no Brasil

A violência contra as mulheres é uma prática corriqueira no Brasil. Agressões físicas e abuso sexual, assassinatos e estupros são inflingidos a milhões de mulheres sem que a lei ou o aparato jurídico-institucional garanta proteção e apoio adequados. O que mais chama a atenção, pelo absurdo de ser ainda comum no país, é a possibilidade do homem matar a mulher e ser absolvido do crime em nome da "defesa da honra".

Estas são conclusões de um estudo divulgado em Washington (EUA) em 15/10, pelo Americas Watch, entidade americana que acompanha o respeito aos direitos humanos no continente e que visitou o Brasil em abril deste ano. Segundo o relatório, 70% dos casos conhecidos de violência contra as mulheres acontecem em casa e o agressor é, na maior parte deles, o marido ou companheiro. Em 40% destes ca-

sos ocorrem sérias lesões corporais. A impunidade para a prática da violência é outro problema grave. Numa delegacia do Rio de Janeiro, por exemplo, de mais de dois mil casos de agressões e abusos sexuais registrados em 1990, nenhum resultou em punição do acusado. Em 26 de outubro em Londrina (PR) o empresário Marcos Panissa, que matou a mulher com 72 facadas, foi condenado a 21 anos de prisão, mas cumprirá pena em liberdade.

A Americas Watch reconhece a importância da atuação do movimento de mulheres no combate a esta situação, da qual resultou a criação das Delegacias da Mulher. Porém, além de contarem com poucos recursos, as delegacias são apenas 74 em todo país, sendo que 50 delas estão no estado de São Paulo.

O Relatório apresenta ao go-

verno brasileiro uma série de recomendações: que garanta direitos iguais para todos os cidadãos, independente de sexo; se posicionem publicamente contrário ao argumento da defesa da honra como justificativa para assassinatos de mulheres; garanta recursos para a ampliação das delegacias especializadas e para a criação de abrigos para as mulheres vítimas de violência; inclua treinamento sobre violência contra as mulheres nas academias de polícia e, finalmente, encaminhe a reforma dos Códigos Civil e Penal garantindo a implementação dos princípios contidos na Constituição de 88, referentes às mulheres, particularmente quanto à sua posição na família, a abolição do adultério como crime e a redefinição dos crimes sexuais. (*Maria Berenice Delgado/CEDI*, 28/10/91)

Faltam servidores e alunos no primeiro Ciac

O primeiro Centro Integrado de Atendimento à Criança (Ciac) do país começou a funcionar em 21 de outubro, em Brasília, com metade dos serviços paralisados. Por falta de alunos e funcionários, a pré-escola e a creche permaneceram fechadas até a próxima semana. As salas de aula do curso de 1º grau também estão parcialmente ocupadas.

O café da manhã servido no primeiro dia aos alunos - leite com biscoito - estava longe do que foi servido aos 13 governadores na inauguração do prédio. Na ocasião, foram servidas frutas, pão de queijo, *croissant*, suco, queijo e café.

O Ciac custou Cr\$ 600 milhões

e foi construído em 85 dias para ser inaugurado durante a visita do papa João Paulo II a Brasília. Os cerca de 360 alunos transferidos de uma escola convencional para o Ciac ocuparam metade da capacidade das salas de aula. Na 2ª série, por exemplo, estão matriculadas 24 crianças. O número previsto era 40. Elas terão aulas por mais 45 dias, quando se encerra o ano letivo.

Os consultórios de pediatria e odontologia também estavam fechados por falta de médicos. (Helôisa Neves/Folha de S. Paulo, 22/10/91)

Deputado pede inquérito sobre Ciacs

O deputado federal Alberto Goldman (PMDB-SP) pediu, através de uma representação ao Tribunal de Contas da União, a abertura de uma auditoria para apurar possíveis irregularidades no projeto Minha Gente, que prevê a construção de cinco mil Ciacs pelo governo federal.

Segundo Goldman, o governo não incluiu no processo de licita-

ção os terrenos onde serão construídos. "Nunca tive conhecimento de uma licitação para qualquer edifício em qualquer lugar sem a indicação do terreno correspondente", disse o deputado.

Goldman propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara para investigar o projeto. (Folha de S. Paulo, 25/10/91)

Balanco do Programa

A situação, estado por estado, do projeto de construção do Ciacs

Estado	Cr\$	Situação	Vencedor	Nº de Ciacs
Minas Gerais	47,5 bilhões	Contrato assinado	Andrade Gutierrez	200
Sta Catarina	43,5 bilhões	Contrato assinado	Engepasa	200
R.G. do Norte	55,2 bilhões	Contrato assinado	Techint	200
Alagoas	30,1 bilhões	Contrato assinado	Concic	100
São Paulo	61,3 bilhões	Concorrência homologada	Lix da Cunha	250
Paraná	49,3 bilhões	Concorrência homologada	DM/Habitação	200
R.G. do Sul	55,0 bilhões	Concorrência homologada	Cone Sul	200
Maranhão	55,9 bilhões	Concorrência homologada	Andrade Gutierrez	200
Dist. Federal	26,6 bilhões	Convênio assinado	Novacap	50
Rio de Janeiro	51,5 bilhões	Convênio assinado	Riocop	100

Obs.: Valores de abril exceto preços para RJ e DF, calculados em setembro
Fonte: Projeto Minha Gente

(O Estado de S. Paulo, 16/10/91)

MEC quer Ciacs com pedagogias distintas

Cada Centro Integrado de Atendimento à Criança (Ciac) vai elaborar seu próprio projeto pedagógico, que deverá ser aperfeiçoado de acordo com as experiências futuras da escola e com base na realidade local. A idéia de descentralização, do professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, José Mário Pires Azanha, foi aprovada pelo ministro da Educação, José Goldemberg.

A partir dessa idéia, 21 educadores vão elaborar um projeto que servirá de subsídio para que cada Ciac trace seu próprio plano pedagógico. No documento que enviou a Goldemberg, Azanha defende que cada projeto pedagógico seja diferenciado, a fim de possibilitar o aperfeiçoamento de acordo com as condições sociais, culturais e econômicas das regiões onde os Ciacs forem construídos.

A proposta recomenda também que os projetos não dêem atenção excessiva aos modismos e aproveitem o sistema de tempo integral para aumentar a carga horária das disciplinas tradicionais, como língua portuguesa, matemática e ciências. (Jornal do Brasil, 24/10/91)

Educadores querem evitar a repetência

A reprovação deverá ser evitada nos Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) em favor de uma metodologia de ensino mais adequada e adaptada à capacidade de compreensão de cada aluno.

A proposta pedagógica para os Ciac, discutida entre o ministro da Educação José Goldemberg e 25 educadores, alerta que não se deve cometer os mesmos erros das escolas tradicionais, principalmente no que se refere à repetência, que nos estados do Nordeste chega a atingir mais de 70% dos alunos matriculados. O argumento utilizado é que com esse índice de reprovação o erro não pode estar nos alunos, mas no método de ensino. (O Estado de S. Paulo, 25/10/91)

Fleury lança reforma do ensino em SP

No dia 22 de outubro o governador Luiz Antônio Fleury Filho e o secretário estadual de Educação, Fernando Moraes, apresentaram o Programa de Reformas do Ensino Público do Estado de São Paulo. Através dele, Fleury pretende fazer uma revolução no setor, que é a prioridade número um de seu governo. A partir do início do próximo ano letivo, 300 das 6.359 unidades de ensino da rede serão transformadas em escolas-padrão, das quais 200 estarão localizadas na região metropolitana e 100 no interior. Em 1993 haverá mais mil e as restantes serão transformadas até o final do governo Fleury. Atualmente 1/3 da rede, onde estão dois milhões de alunos, funciona em quatro turnos ou mais.

Nas escolas-padrão, a meta será estabelecer mil horas anuais de ensino diurno e implantar apenas três

turnos: dois diurnos de cinco horas diárias e um noturno com 3h30min. O objetivo é aumenar a permanência dos estudantes em sala de aula. O ensino diurno passará de 180 para 200 dias letivos por ano. Para o noturno a alteração será de 200 para 250 dias letivos, cabendo às escolas determinar o esquema de compensação - aos sábados ou no período de férias.

As escolas-padrão terão autonomia pedagógica e financeira. A Secretaria descentralizará a gestão dos recursos financeiros, instituindo um caixa de custeio. Os recursos financeiros serão administrados pelas unidades e conselhos de pais. O programa também estabelece um esquema de gratificação aos funcionários da rede que trabalharem nas escolas-padrão. (*Diário Popular/SP*, 23/10/91)

Reprovação é abolida no Rio

A partir do próximo ano letivo, os alunos das cinco primeiras séries de 15 a 20 escolas de rede municipal do Rio não precisarão fazer provas para passar de ano. O trabalho piloto da Secretaria Municipal de Educação cria um bloco único de ensino da alfabetização até a 4ª série, extinguindo a seriação nesse segmento do 1º grau. O aluno passará automaticamente de ano e seu aproveitamento será acompanhado por relatórios individuais.

Dos alunos matriculados este ano na 1ª série das escolas do município, 19% possuem 10 anos de

idade ou mais. São 18 mil crianças em 773 turnos. Com o objetivo de facilitar o processo pedagógico voltado para esse grupo de alunos - alguns deles repetentes há 4 anos - criou-se um grupo de trabalho que deverá propor formas de capacitar melhor os professores. A Secretaria de Educação destaca que a tendência das escolas e dos pais de alunos repetentes é achar que seus filhos apresentam algum retardamento mental - o que, na grande maioria das vezes, não tem qualquer fundamento. (*Selma Schmidt/O Globo*, 25/10/91)

Professores do PI fazem quarta greve em 1991

Cerca de 25 mil professores da rede estadual do Piauí entraram em greve em 22/10 - pela quarta vez neste ano. Segundo a Associação dos Professores do Estado do Piauí (Apep), a paralisação na capital é de 80% e no interior 25%.

Um professor iniciante de 1º grau, com 40 aulas semanais ganha Cr\$ 17 mil. No topo da carreira, para professores com doutorado ou 20 anos de serviço, o salário é de Cr\$ 84 mil. Há seis meses os salários estão congelados. (*Folha de S. Paulo*, 23/10/91)

Meninos de rua terão ônibus-escola

Os meninos e meninas de rua vão ganhar em breve um ônibus-escola. O projeto Escola Sobre Rodas foi idealizado pelo juiz da 2ª Vara de Menores do Rio de Janeiro, que há três meses levantou a polêmica em torno da idéia de criar o ônibus-abrigo para dormitório das crianças que vivem nas ruas. A proposta da escola itinerante é alfabetizar, cadastrar e localizar os familiares desses menores, ou conseguir um lar substituto. (*Jornal do Brasil*, 24/10/91)

Dados - 1

O governo do Estado de São Paulo vem aplicando percentuais menores da arrecadação do ICMS na escola pública. Só com ensino fundamental os gastos caíram de 28% em 1978 para 19% em 1988. A proposta orçamentária de Fleury, que está sendo discutida na Assembleia Legislativa, destina apenas 17,82% para o ensino de 1º grau. (*Folha de S. Paulo*, 27/10/91)

Dados - 2

No município de São Paulo, cerca de 300 mil crianças em idade escolar estão fora da escola por falta de vagas. Calcula-se que ainda é necessário implantar 2.700 creches, 850 pré-escolas e 280 escolas de 1º grau. (*Diário Popular/SP*, 17/10/91)

Justiça condena diretora por racismo

A diretora Maria Thereza Ramos Flores, da Escola Estadual de 1º grau Santa Therezinha, em Paulínia, SP, foi condenada a quatro anos de reclusão. Acusada de prática de racismo contra professores e alunos, poderá recorrer da sentença em liberdade.

A última denúncia contra Maria Flores aconteceu em agosto. Foi feita pela professora Maria Amélia Quaiati, que teria sido obrigada - sob ameaça de punição - a alterar registros de faltas de estudantes que teriam sido discriminados em sua sala de aula. O objetivo era reunir o maior número de provas que pudessem ser consideradas favoráveis à diretora. A Constituição considera crime inafiançável a segregação racial. (*O Estado de S. Paulo*, 24/10/91)

Ex-guerrilheiros do M-19 se impõem como o terceiro partido da Colômbia

O Partido Liberal do presidente Cesar Gaviria venceu com ampla margem as eleições legislativas e estaduais de 27 de outubro na Colômbia, assegurando a maioria nas câmaras e elegendo os governadores em mais de metade dos departamentos (estados) do país. Confirmou-se, porém, a ruptura do rígido bipartidarismo que dominava a Colômbia há quase dois séculos, com os partidos Liberal e Conservador se revezando no poder. O Movimento 19 de Abril (M-19), um ex-grupo guerrilheiro que depôs as armas em março de 1990, adotando posições mais moderadas, elegeu 9 dos 102 novos senadores, e se firmou como a terceira força política colombiana.

O índice de abstenção beirou 70%, apesar de esta ter sido a primeira eleição legislativa realizada

sob a nova Constituição, aprovada em 4 de julho passado, e de ser a primeira vez que os colombianos elegiam os governadores estaduais, até agora cargos de nomeação presidencial. A baixa participação é uma tradição do país, mas com as reformas constitucionais e o fim dos ataques terroristas do Cartel de Medellín, o presidente Gaviria esperava atrair às urnas um maior número de eleitores.

Os liberais conquistaram 56 cadeiras do Senado, 81 das 161 vagas da Câmara dos Deputados e 15 dos 27 cargos de governador. O Partido Conservador, que controlava 41 das 114 vagas do senado anterior à reforma constitucional, elegeu apenas 15 senadores. A Nova Força Democrática, lançada há alguns meses por Andrés Pastrana, ex-prefeito de Bogotá e dissidente do Par-

tido Conservador, garantiu 10 vagas no Senado. A União Patriótica (comunistas) conseguiu eleger apenas um senador. A nova Constituição garantiu também o ingresso no Senado de dois índios.

As eleições coroaram um processo de mudança política começado em maio do ano passado, quando foi reconhecida a necessidade de modificar a velha Constituição de 1886. A nova Carta, com 380 artigos, foi projetada para democratizar o país e acabar com a corrupção, eliminando dessa forma as razões que na década de 50 levaram à formação de grupos guerrilheiros de esquerda. Uma nova etapa da tratativa de paz entre o governo colombiano e a guerrilha já foi agendada. (*Jornal do Brasil*, 29/10/91)

Fidel: "Deixo o poder se o PC perder as eleições"

Durante um encontro com os presidentes do México, Colômbia e Venezuela, que formam o chamado "Grupo dos Três" (G-3), Fidel Castro assegurou que abandonará o poder se o Partido Comunista for derrotado nas eleições diretas para a Assembléia Nacional cubana, aprovadas no último congresso do partido.

"Castro nos disse que vai permitir que pessoas de fora do PC participem nas eleições, que os 14 mil distritos apresentem os candidatos e que, se o partido perder, ele estaria disposto a afastar-se do poder",

contou o presidente colombiano Cesar Gaviria.

O escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, um velho amigo de Fidel que participou de parte do encontro, disse que houve pressões por parte dos três presidentes para um aprofundamento das reformas democráticas em Cuba. "Os amigos de Fidel que se reuniram com ele estão tentando ajudá-lo a fazer essas reformas, porque é a única maneira de encontrar uma solução pacífica para Cuba e para toda a América Latina", disse Marquez. Os presidentes do G-3 se oferecere-

ram para mediar negociações entre Cuba e os Estados Unidos para por fim ao bloqueio econômico americano contra a ilha, em vigor há 30 anos. A ONU discutirá sobre o bloqueio no início de novembro e o presidente venezuelano Andres Perez comprometeu-se a defender a necessidade de por fim ao cerco comercial.

O encontro da cúpula do G-3 pode ser considerado um sucesso político para Castro, mas não resultou no esperado fornecimento de petróleo para Cuba. (*Jornal do Brasil*, 25/10/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecuemênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR — 52-636/87



UP-CT PRINCIPAL